Tribunal da Relação de Lisboa
Processo nº 9276/2007-7

Relator: ARNALDO SILVA

Sessão: 08 Julho 2007

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: AGRAVO

Decisão: PROVIMENTO

TÍTULO EXECUTIVO

ASSEMBLEIA DE CONDÓMINOS

ACTAS

Sumário

1. A acta da reunião da assembleia do condomínio que tiver deliberado as contribuições a pagar pelos condóminos, nos termos do art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, constitui título executivo __ é um título executivo particular por força de disposição especial da lei __ contra o proprietário que deixar de pagar, no prazo estabelecido, a sua quota-parte, desde que esteja assinada por todos os condóminos que nela participaram e deixaram de pagar (art.º 1º do Dec. Lei n.º 268/94).
2. A sua força executiva estende-se a todos os condóminos, mesmo que não tenha estado presente nessa assembleia, e quer tenham votado ou não favoravelmente a deliberação aprovada, e quer tenham assinado ou não a acta, uma vez que a força executiva da acta não tem a ver com a assunção pessoal da obrigação consubstanciada na assinatura dela, mas sim com a eficácia imediata da vontade colectiva definida através da deliberação nos termos legais, exarada na acta.
3. As contribuições devidas ao condomínio ou quaisquer outros montantes referidos no art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, têm de ser certas, exigíveis e líquidas (art.º 802º do Cód. Proc. Civil), uma vez que estes três requisitos condicionam a admissibilidade da acção executiva. Por isso, estas características da obrigação exequenda devem já constar da acta ou, quando não constarem, necessário se torna a demonstração da sua ocorrência posterior. Caso em que constituem requisitos autónomos da acção executiva.
4. No âmbito da acta, enquanto título executivo, cabem o montante das “contribuições devidas ao condomínio”. Esta expressão deve ser entendida em sentido amplo. Nela se devem incluir as despesas necessárias à conservação e

à fruição das partes comuns do edifício, as despesas com inovações, as contribuições para o fundo comum de reserva, o pagamento do prémio de seguro contra o risco de incêndio, as despesas com a reconstrução do edifício e as penas pecuniárias fixadas nos termos do art.º 1434º do Cód. Civil. Na expressão “contribuições devidas ao condomínio” cabem as contribuições devidas e em dívida ao condomínio, isto é, vencidas e não pagas.

5. Em regra os honorários devidos a advogado não são cobertos pela procuradoria. Para que o condomínio possa cobrar estes honorários ao condómino que não pagou as contribuições devidas ao condomínio ou os outros montantes referidos no art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, através da execução que tenha a acta como título executivo, é necessário que se trate de honorários já pagos pelo condomínio a advogado em consequência de processo judicial instaurado para cobrança de dívidas aos condóminos e que o seu montante conste da acta da reunião da assembleia do condomínio. Mas já o não são os honorários a pagar a advogado na acção a intentar, ou em pedidos formulados na acção executiva, mesmo que tenham sido aprovados em assembleia de condóminos e constem da respectiva acta, quando tais honorários não tenham sido previamente fixados na acta, porque a prestação não exigível, visto que não se encontra ainda vencida.

(AS)

Texto Integral

ACÓRDÃO

Acordam os juízes, em conferência, na 7.ª Secção Cível, do Tribunal da Relação de Lisboa:

I. Relatório:

1. Por despacho de fls. 56 a 58v proferido nos autos de execução ordinária para pagamento de quantia certa que a Administração do Condomínio do prédio sito na Rua..., n.º..., ... intentou contra V... e A..., residentes no ... andar ...do dito prédio, nos termos do art.º 811º-A, n.º 1 al. a) do Cód. Proc. Civil^[1], foi o requerimento inicial liminarmente indeferido e o exequente condenado nas custas, por se ter entendido que a acta junta aos autos não constitui título executivo relativamente às quantias de 136.228\$00 de quotizações, 36.756.000\$00 fundo comum de reserva, e 368.550\$00 de obras de conservação; e por se ter entendido que as quantias de 22.485\$00 de penalizações, 84.374\$00 de penalizações, e 150.000\$00 de honorários de advogado devidos pela instauração da presente execução, embora objecto de

deliberação por parte dos condóminos, em assembleia reunida para o efeito, não podem ser exigidos na acção executiva; e ainda e por se ter entendido que relativamente às quantias de 8.250\$00 actualização de orçamento, 1.125\$00 actualização para o fundo de reserva comum, 21.250\$00 actualizações de quotizações, 332\$00 actualização de fundo de reserva comum, 74.250\$00 de quotas de Maio de 2000 a Janeiro de 2001, não resulta da acta em causa qual o montante que, efectivamente, o condómino executado estava obrigado a pagar, e porque não foi junto o anexo IV à presente acta, que aprovou as despesas para o ano 2000.

Foi notificado o exequente e citados os executados. Estes nos termos do n.º 3 do art.º 234º-A do Cód. Proc. Civil.

*

2. Inconformado, agravou o exequente. Nas suas alegações, conclui:

1.ª A assembleia de condóminos reuniu, devidamente convocada, tomou conhecimento e aprovou a acta da qual constam as quantias em dívida ao condomínio;

2.ª Relativamente ao executado, a dívida apurada e constante da acta, é de Esc.: 564.019\$00;

3.ª O agravamento, após aprovação do orçamento, estava também previsto, dependendo, apenas, de cálculo aritmético;

4.ª O mesmo se diga em relação aos honorários de advogado a contratar, embora a data, se desconhecesse o montante de tais honorários;

5.ª O executado não só não pagou a dívida existente à data da assembleia, como não pagou as quotas entretanto vencidas;

6.ª Todo o montante petitionado se reporta a dívidas ao condomínio e a quota-parte das despesas comuns devidas pelo executado;

7.ª As penalizações e as despesas resultantes de eventual litígio estão previstas no regulamento do condomínio e são da responsabilidade daquele que lhes der causa (art.º 24º, n.ºs 1, 2 e 6 e n.º 8 do art.º 13º do dito regulamento);

8.ª Toda a quantia petitionada deve ser considerada a coberto do título executivo;

9.ª Contudo, se assim se não entender, então deve entender-se que, pelo menos, a acta é título executivo relativamente a quantia de Esc.: 564.019\$00;

10.ª A ser assim não devia ter sido proferido despacho de indeferimento liminar, nos termos do art.º 811º-A), n.º 1 al. a) do Cód. Proc. Civil, como foi, mas, quando muito, poderia ter sido proferido despacho de indeferimento parcial, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo;

11.ª O duto despacho de que se recorre violou, nomeadamente, art.º 6º do

Dec. Lei n.º 268/94, de 25 de Outubro, e o art.º 811º-A, n.º 1 al. a) do Cód. Proc. Civil, merecendo, pois, reparo.

*

3. Os executados agravados não contra-alegaram.

*

4. O Tribunal manteve o despacho recorrido.

*

5. As questões essenciais a decidir:

Na perspectiva da delimitação pelo recorrente^[2], os recursos têm como âmbito as questões suscitadas pelos recorrentes nas conclusões das alegações (art.ºs 690º, n.º 1 e 684º, n.º 3 do Cód. Proc. Civil), salvo as questões de conhecimento oficioso (n.º 2 *in fine* do art.º 660º do Cód. Proc. Civil), exceptuando-se do seu âmbito a apreciação das questões cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras (n.º 2 1.ª parte do art.º 660º do Cód. Proc. Civil).

Atento o exposto e o que flui das conclusões das alegações^[3] __ e só se devem conhecer as questões que tenham sido suscitadas nas alegações e levadas às conclusões, ainda que outras, eventualmente, tenham sido suscitadas nas alegações propriamente ditas^[4] __, do exequente agravante supra descritas em I. 2., a única questão a decidir é a de saber se a acta da reunião da assembleia do condomínio de 7 de Maio de 2000 é ou não título executivo relativamente a todos os montantes pedidos na execução e se esta pode ou não prosseguir tal como foi instaurada, ou se, quando muito, apenas poderia ter sido objecto de indeferimento liminar parcial.

Colhidos os vistos legais, cumpre apreciar e decidir:

II. Fundamentos:

A) De facto:

Os factos a considerar para a decisão do presente recurso são os supra descritos em I. 1..

*

B) De direito:

1. O âmbito do título executivo:

Nos termos do art.º 46º al. d) do Cód. Proc. Civil, podem servir de base à execução os documentos a que, por disposição especial da lei, seja atribuída força executiva. Nos termos do art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, de 25-10^[5], «a acta da reunião da assembleia de condomínios que tiver deliberado o montante das contribuições devidas ao condomínio ou quaisquer despesas necessárias à conservação e fruição das partes comuns e ao pagamento de

serviços de interesse comum, que não devam ser suportadas pelo condomínio, constitui título executivo contra o proprietário que deixar de pagar, no prazo estabelecido, a sua quota-parte». A acta da reunião da assembleia de condóminos é um dos muitos exemplos^[6], de documentos aos quais é atribuída força executiva, por disposição especial da lei, é um título executivo particular por força de disposição especial da lei^[7].

A acta da reunião da assembleia do condomínio que tiver deliberado as contribuições a pagar pelos condóminos, nos termos do art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, constitui título executivo contra o proprietário que deixar de pagar, no prazo estabelecido, a sua quota-parte, desde que esteja assinada por todos os condóminos que nela participaram e deixaram de pagar^[8] (art.º 1º do Dec. Lei n.º 268/94)^[9]. A sua força executiva estende-se a todos os condóminos, mesmo que não tenha estado presente nessa assembleia, e quer tenham votado ou não favoravelmente a deliberação aprovada, e quer tenham assinado ou não a acta, uma vez que a força executiva da acta não tem a ver com a assunção pessoal da obrigação consubstanciada na assinatura dela, mas sim com a eficácia imediata da vontade colectiva definida através da deliberação nos termos legais, exarada na acta^[10].

As contribuições devidas ao condomínio ou quaisquer outros montantes referidos no art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, têm de ser certas, exigíveis e líquidas (art.º 802º do Cód. Proc. Civil), uma vez que estes três requisitos condicionam a admissibilidade da acção executiva. Por isso, estas características da obrigação exequenda devem já constar da acta ou, quando não constarem, necessário se torna a demonstração da sua ocorrência posterior. Caso em que constituem requisitos autónomos da acção executiva^[11].

No âmbito da acta, enquanto título executivo, cabem o montante das “contribuições devidas ao condomínio”, expressão esta que deve ser entendida em sentido amplo, incluindo as despesas necessárias à conservação e à fruição das partes comuns do edifício, as despesas com inovações, as contribuições para o fundo comum de reserva, o pagamento do prémio de seguro contra o risco de incêndio, as despesas com a reconstrução do edifício e as penas pecuniárias fixadas nos termos do art.º 1434º do Cód. Civil^[12]. Na expressão “contribuições devidas ao condomínio” cabem as contribuições devidas e em dívida ao condomínio, isto é, vencidas e não pagas.

Em regra os honorários devidos a advogado não são cobertos pela procuradoria, que a parte condenada nas custas tem de satisfazer à parte adversária, a título de indemnização pelas despesas com advogado ou

solicitador (art.º 40º do C.C.J.), e que entra em regra de custas. Para que o condomínio possa cobrar estes honorários não cobertos pela procuradoria ao condómino que não pagou as contribuições devidas ao condomínio ou os outros montantes referidos no art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, através da execução que tenha a acta como título executivo, é necessário que se trate de honorários já pagos pelo condomínio a advogado em consequência de processo judicial instaurado para cobrança de dívidas aos condóminos e que o seu montante conste da acta da reunião da assembleia do condomínio. Mas já o não são os honorários a pagar a advogado na acção a intentar, ou em pedidos formulados na acção executiva, mesmo que tenham sido aprovados em assembleia de condóminos e constem da respectiva acta, quando tais honorários não tenham sido previamente fixados na acta, porque a prestação não exigível, visto que não se encontra ainda vencida [\[13\]](#).

Descendo agora aos factos, vejamos.

Os montantes relativos às quotizações (136.228\$00), quanto ao fundo comum de reserva (36.756\$00), e obras de conservação (368.550\$00), são montantes já em dívida executados à data da assembleia de condóminos de 07-05-2000. Estas quantias cabem na expressão “contribuições devidas ao condomínio”, conforme se referiu supra. Sobre elas a assembleia de condóminos decidiu contratar os serviços de um advogado para resolver a sua cobrança. Esta decisão da assembleia não contém uma pronúncia expressa sobre a decisão de cobrança de tais dívidas ao condomínio, mas, atento os termos da questão, nela está envolvida ou contida, como seu pressuposto, a decisão de cobrança de tais dívidas. Esta deliberação implícita da assembleia de condóminos surge assim como pressuposto ou consequência da deliberação da assembleia do condomínio de contratar os serviços de um advogado para resolver a sua cobrança. Esta deliberação não vale só quanto à vontade colectiva declarada do condomínio, mas também quanto aos pressupostos ou consequências tacitamente resolvidos. A decisão é uma declaração, na qual há que subentender, por força da lógica, as coisas que não foram ditas explicitamente. Se a solução de uma questão pressupõe, como *prius* lógico, a solução de outra, esta está contida implicitamente na decisão expressa. Ao lado de uma deliberação expressa da assembleia de condóminos pode estar uma deliberação implícita [\[14\]](#). E é o que sucede, no presente caso.

Portanto, e em conclusão, a acta da reunião da assembleia de condóminos contém uma deliberação sobre a cobrança de “contribuições devidas ao condomínio” já em dívida à data da deliberação sobre a cobrança, trata-se de obrigações certas, exigíveis e líquidas, visto que estão qualitativa e quantitativamente determinadas quanto ao seu objecto e se encontram vencidas.

A acta é, pois, quanto a elas, título executivo.

Os montantes relativos às penalizações (22.485\$00 e 84.374\$00) são também quantias que cabem na expressão “contribuições devidas ao condomínio”, conforme se referiu supra. E sobre elas vale também tudo o que acima se disse quanto às quotizações, fundo de reserva comum e obras de conservação. Logo a acta também é quanto elas título executivo.

Quanto às despesas judiciais e extrajudiciais e honorários devidos ao advogado pela instauração da presente acção executiva a situação é diferente. O exequente pede por elas o pagamento da quantia de 150.000\$00.

Não se trata de despesas e honorários já pagos a advogado em consequência de processo judicial instaurado para cobrança de dívidas aos condóminos executados, mas antes de despesas e honorários a pagar a advogado com a presente acção executiva.

Despesas estas que não estão vencidas e que, portanto não são exigíveis. Além do mais não existe na acta qualquer deliberação sobre a fixação da desta quantia a pagar pelos executados.

Por conseguinte, a acta não é quanto ao dito montante título executivo.

Vejamos agora as actualizações do orçamento (8.250\$00), do fundo de reserva comum (1.125\$00), das quotizações (21.250\$00), da actualização do fundo de reserva comum (332\$00), das quotas de Maio de 2000 a Janeiro de 2001 (74.250\$00) e fundo de reserva de Maio de 2000 a Janeiro de 2001 (10.125 \$00).

Da acta apenas consta que foi aprovado por unanimidade o orçamento para o ano de 2000, anexo à acta, Anexo IV. Anexo que não foi junto aos autos.

A deliberação sobre a aprovação deste orçamento não é a deliberação sobre a fixação dos montantes a pagar pelos condóminos executados, ainda que, porventura dessa aprovação possa decorrer o apuramento dos quantitativos a pagar pelos condóminos executados por simples cálculo aritmético a partir talvez, não se sabe, com base na permilagem da sua fracção autónoma. Nem da deliberação de aprovação do dito orçamento decorre implicitamente, como seu pressuposto, como seu *prius* lógico, a fixação dos montantes a pagar em consequência das ditas actualizações.

Não há, pois, qualquer deliberação na acta da reunião da assembleia do condomínio a fixar tais quantitativos a pagar pelos condóminos executados com as ditas actualizações.

Logo a acta não é quanto a elas título executivo.

Procede, pois, e apenas, parcialmente o recurso.

Atento o disposto no art.º 811º-A, n.º 2 do Cód. Proc. Civil [\[15\]](#), o indeferimento liminar parcial impõe-se.

III. Decisão:

Assim e pelo exposto, acordam em julgar parcialmente procedente o agravo interposto pelo exequente e, e conseqüentemente, dando parcialmente provimento ao agravo, revogam o despacho recorrido na parte em que indeferiu totalmente o requerimento inicial, mantendo agora, o indeferimento liminar parcial apenas quanto aos montantes pedidos a título de despesas judiciais e extrajudiciais e honorários ao advogado do exequente e quanto aos montantes relativos às sobreditas actualizações.

Custas pelo exequente, na acção e no recurso, na proporção do respectivo decaimento.

Registe e Notifique (art.º 157º, n.º 4 do Cód. Proc. Civil).

Lisboa, 8/07/2008

Arnaldo Silva
Graça Amaral
Ana Resende

[1] Na redacção da reforma processual de 1995/96 (Dec. Lei n.º 329-A/95, de 12-12, com a redacção do Dec. Lei n.º 180/96, de 25-09), que entrou em vigor em 01-01-1997, com as excepções previstas na lei (art.º 16º).

[2] O âmbito do recurso é triplamente delimitado. Primeiro é delimitado pelo objecto da acção e pelos eventuais casos julgados formados na 1.ª instância recorrida. Segundo é delimitado objectivamente pela parte dispositiva da sentença que for desfavorável ao recorrente (art.º 684º, n.º 2 2ª parte do Cód. Proc. Civil) ou pelo fundamento ou facto em que a parte vencedora decaiu (art.º 684º-A, n.ºs 1 e 2 do Cód. Proc. Civil). Terceiro o âmbito do recurso pode ser limitado pelo recorrente. Vd. Sobre esta matéria Miguel Teixeira de Sousa, Estudos Sobre o Novo Processo Civil, Lex, Lisboa -1997, págs. 460-461 e 395 e segs. Cfr. ainda, v. g., Manuel Rodrigues, Dos Recursos - 1943 (apontamentos de Adriano Borges Pires), págs. 5 e segs.; J. A. Reis, Cód. Proc. Civil Anot., Vol. V (Reimpressão - 1981), págs. 305 e segs.; Castro Mendes, Direito Processual Civil - Recursos, Ed. da A.A.F.D.L. - 1980, págs. 57 e segs. e 63 e segs.; Armindo Ribeiro Mendes, Direito Processual Civil III, Ed. da A.A.F.D.L. - 1982, págs. 239 e segs.; Fernando Amâncio Ferreira, Manual dos Recursos, Liv. Almedina, Coimbra - 2000, págs. 103 e segs.

[3] As quais terão de ser, logicamente, um resumo dos fundamentos porque se pede provimento do recurso, tendo como finalidade que elas se tornem fácil e

rapidamente apreensíveis pelo tribunal. As conclusões não devem ser afirmações desgarradas de qualquer premissa, e sem qualquer referência à fundamentação por que se pede o provimento do recurso. Não podem ser consideradas conclusões as indicadas como tal, mas que sejam afirmações desgarradas sem qualquer referência à fundamentação do recurso, nem se deve tomar conhecimento de outras questões que eventualmente tenham sido suscitadas nas alegações propriamente ditas, mas não levadas às conclusões. Por isso, só devem ser conhecidas, e só e apenas só, as questões suscitadas nas alegações e levadas às conclusões. Neste sentido, vd. Acs. do STJ de 21-10-1993 e de 12-01-1995: CJ (STJ), respectivamente, Ano I, tomo 3, pág. 84 e Ano III, tomo 1, pág. 19.

[4] Cfr. supra nota 3.

[5] Que com outra redacção reproduz o disposto no art.º 23º do Dec. Lei n.º 40.333, de 14-10-1955, que o art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268º/94, de 25-10, tacitamente revogou, e que se entendia ter continuado em vigor após a aprovação do Código Civil, por o art.º 3º do Dec. Lei n.º 47.344, de 25-11-1996, que aprovou o Código Civil (no art.º 1º) não o ter revogado, atenta a sua índole processual. O art.º 23º do Dec. Lei n.º 40 dispunha «*A acta da sessão que tiver deliberado quaisquer despesas constituirá título executivo, nos termos do art.º 46º do Código de Processo Civil, contra o proprietário que deixar de entregar, no prazo estabelecido, a sua quota-parte, à qual acrescerão juros de mora*».

[6] Vd., p. ex., o elenco em Fernando Amâncio Ferreira, Curso de Execução, 2.ª Ed., Liv. Almedina - 2000, pág. 32; J. P. Remédio Marques, Curso de Processo de Execução à Face do Código Revisto, Liv. Almedina - 2000, págs. 75-77.

[7] Vd. J. Lebre de Freitas e outros, Cód. Proc. Civil Anot., Vol. 1.º, Coimbra Editora - 1999, pág. 93 anotação 5 ao art.º 46º.

[8] Se nem todos assinaram, a acta continua a valer como título executivo, porque a acta é uma formalidade *ad probationem* e a falta da assinatura de condóminos que nela participaram é uma mera irregularidade que, não sendo oportunamente reclamada, não afecta a exequibilidade do título, Neste sentido, vd., in <http://dgsi.pt>, o Ac. da R. de Lisboa de 08-11-2007: Apelação - Proc. n.º 9687/2006-6 - Manuela Gomes - unanimidade, e jurisprudência citada. Sandra Passinhas, A Assembleia de Condóminos e o Administrador na Propriedade Horizontal, Liv. Almedina - 2000, págs. 257 a 259 entende que a acta constitui uma formalidade *ad substantiam* para a validade das deliberações por uma exigência de certeza e segurança jurídica. Aragão Seia, Propriedade Horizontal, Liv. Almedina, 2.ª Ed., págs. 172 a 175 também

entende que a acta é uma formalidade *ad probationem*. E a jurisprudência também tem sido dominante neste sentido.

[9] Se nem todos assinaram, a acta continua a valer como título executivo, porque a acta é uma formalidade *ad probationem* e a falta da assinatura de condóminos que nela participaram é uma mera irregularidade que, não sendo oportunamente reclamada, não afecta a exequibilidade do título, Neste sentido, vd., in <http://dgsi.pt>, o Ac. da R. de Lisboa de 08-11-2007: Apelação - Proc. n.º 9687/2006-6 - Manuela Gomes - unanimidade, e jurisprudência citada. Sandra Passinhas, A Assembleia de Condóminos e o Administrador na Propriedade Horizontal, Liv. Almedina - 2000, págs. 257 a 259 entende que a acta constitui uma formalidade *ad substantiam* para a validade das deliberações por uma exigência de certeza e segurança jurídica. Aragão Seia, opus cit., págs. 172 a 175 também entende que a acta é uma formalidade *ad probationem*. E a jurisprudência também tem sido dominante neste sentido.

[10] Vd. Aragão Seia, Liv. Almedina, 2.ª Ed., pág. 198. Cfr. ainda, in <http://dgsi.pt>, o Acs. da R. do Porto de 16-05-2007: Apelação - Proc. n.º 0732268 - Gonçalo Silvano - unanimidade, pág. 6 e jurisprudência citada no mesmo sentido; e Ac. da R. de Lisboa de 15-02-2007: Apelação - Proc. n.º 9207/2006-2 - Jorge Leal - unanimidade, pág. 15 e jurisprudência citada no mesmo sentido.

[11] Vd. J. Lebre de Freitas e outros, Cód. Proc. Civil Anot., Vol. 2.º, Coimbra Editora - 2003, pág. 243 anotação 2 ao art.º 802º e J. Lebre de Freitas, A Acção Executiva depois da Reforma, 4.ª Ed., Coimbra Editora - 2004, págs. 29 e segs.

[12] Vd. Sandra Passinhas, opus cit., pág. 310. A mesma autora refere na pág. 266 que o montante das penas enquadra-se na expressão “contribuições devidas ao condomínio”, e que embora a pena pecuniária não seja, rigorosamente, uma “contribuição devida ao condomínio” é a solução mais conforme com a vontade do legislador.

[13] Neste sentido, vd., in <http://dgsi.pt>, o Acs. da R. do Porto de 01-09-1992: Agravo - Proc. n.º 9120866 - Diogo Fernandes - unanimidade e de 03-03-2008: Apelação - Proc. n.º 0850758 - Caimoto Jácome - unanimidade, pág. 4 e jurisprudência citada. Contra, vd. in <http://dgsi.pt>, Ac. da R. de Coimbra de 25-09-2001: Agravo - Proc. n.º 2242/2001 - Nuno Cameira - unanimidade. Segundo este acórdão os honorários devidos a advogado não são despesas relativas ao pagamento de serviços de interesse comum do condomínio, tal como definidas no art.º 6º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 268/94, de 25-10, mesmo que tenham sido aprovados e constem da respectiva acta. No mesmo sentido, vd., também in <http://dgsi.pt>, Ac. da R. do Porto de 13-12-2004: Agravo - Proc. n.º

0455756 – Fonseca Ramos – unanimidade, onde se entendeu que as despesas judiciais extrajudiciais e honorários a advogado, motivadas pela acção de um condómino devedor, não se podem considerar contribuições devidas ao condomínio, nem despesas de interesse comum, já que não se relacionam com o funcionamento do condomínio. Por isso, a acta da assembleia do condomínio não é título executivo quanto a elas.

[14] Sobre as decisões implícitas cfr. art.º 660º § único do Cód. Proc. Civil de 1939 e J. A. Reis, Cód. Proc. Civil, Vol. V, págs. 58 e segs. e 63 com os exemplos dados; e Comentário ao Cód. Proc. Civil, Vol. II, págs. 510 e segs. O § único do Cód. Proc. Civil de 1939 foi suprimido na reforma de 1961 por o problema da extensão (objectiva) do caso julgado aos motivos da decisão não está ainda suficientemente amadurecido na doutrina nem na jurisprudência, em termos de permitir o legislador o enunciado claro de uma posição. Vd. BMJ 123-120. J. Rodrigues Bastos, Notas ao Cód. Proc. Civil, Vol. III, págs. 230-231 entende, a propósito da supressão do § único do Cód. Proc. Civil de 1939, que embora as premissas da decisão não adquirem, em regra, força de caso julgado, deve reconhecer-se-lhe essa natureza, quer quando a parte decisória a ela se referir de modo expresso, quer quando constituam um antecedente lógico, necessário e imprescindível à decisão final.

O que aqui se diz sobre as decisões judiciais implícitas vale também *mutatis mutandis* para as deliberações implícitas contidas em deliberações explícitas da assembleia do condomínio.

[15] Na versão anterior à reforma de 2003 (reforma introduzida pelo DL n.º 38/2003, 08-03, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 199/2003, de 10-09, com a declaração de rectificação n.º 16-B/2003, de 12-12), a qual entrou em vigor no dia 15-09-2003 (art.º 23º, do Dec. Lei n.º 38/2003 e art.º 4º do Dec. Lei n.º 199/2003), e só se aplica nos ou relativamente aos processos instaurados a partir do dia 15-09-2003 (art.º 21º, n.º 1 do Dec. Lei n.º 38/2003, 199/2003 e art.º 4º do Dec. Lei n.º 199/2003). Nesta o artigo correspondente é o art.º 812º, n.º 3.